

Crédito à exportação divide Executivo e Legislativo

BRASÍLIA — A acirrada disputa entre Executivo e Legislativo, no ano passado, durante a discussão sobre o orçamento da União para 1989, deverá ser retomada com renovado vigor, quando o Congresso receber a nova proposta do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, fixando a dotação de US\$ 470 milhões para o Finex (Fundo de Financiamento à Exportação), prevista na mensagem original cortada pelos parlamentares.

Num ponto importante, o Executivo deverá ceder, o que pode dar margem a barganhas políticas. A proposta original de rolagem da dívida externa dos Estados e Municípios,

fixada em 75% e elevada para 92% pelo Congresso, será mantida, mas com um detalhe: os governos estaduais e municipais que quiserem se beneficiar deste índice de rolagem, deverão conseguir captar empréstimos externos para fazer o **relending** (reemprestimo de recursos externos) ou renegociação direta da dívida junto aos credores estrangeiros. Caso não consigam, terão que sacar de seus próprios cofres, porque a União não tem US\$ 5 bilhões para honrar os avais concedidos aos Estados e Municípios.

Outra alteração prevista na proposta do Orçamento de Crédito é a retirada dos médios e grandes agricultores da assistência do crédito ru-

ral oficial. A União só vai emprestar NCZ\$ 1,2 bilhão, em 1989, para mini e pequenos produtores rurais, deixando os demais por conta dos bancos privados.

Os recursos para cobrir os subsídios do crédito à exportação, não poderiam ser reduzidos, porque são direitos adquiridos através de contratos já em execução. Do montante de US\$ 470 milhões, US\$ 350 milhões são despesas com a equalização de taxas dos financiamentos à produção de bens exportáveis, de 7,5% dos juros; e US\$ 350 milhões referem-se ao subsídio de 3% sobre a taxa do financiamento à exportação de bens brasileiros.